FACULDADE DE JUSSARA – GO – FAJ
DEPARTAMENTO DE DIREITO
ALESSANDRO XAVIER SILVA

**O MENOR E O ATO INFRACIONAL: Um estudo das medidas socioeducativas
previstas no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**

JUSSARA – GO
2012/1

ALESSANDRO XAVIER SILVA

**O MENOR E O ATO INFRACIONAL: Um estudo das medidas socioeducativas
previstas no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Faculdade de Jussara GO – FAJ, como requisito
para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Rejane Corrêa Martins

JUSSARA – GO

2012/1

ALESSANDRO XAVIER SILVA

**O MENOR E O ATO INFRACIONAL: Um estudo das medidas socioeducativas
previstas no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**

Monografia apresentada no dia 05/06/2012 à Banca Examinadora, como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Direito da Faculdade de Jussara.

Membros da Banca Examinadora

Prof. Esp. Rejane Corrêa Martins – Orientador - FAJ-GO

Prof. M.e. Eric Sales – Membro - FAJ-GO

Prof. Esp. Emivaldo de Souza – Membro – FAJ-GO

JUSSARA – GO

2012/1

Dedico este trabalho a Deus, a minha esposa Juliana a minha filha Larissa, que são responsáveis pela força e coragem necessárias para a realização de meus objetivos, e, em especial, a todas as crianças e adolescentes vítimas e infratoras.

AGRADECIMENTOS

Neste encerramento de mais uma etapa e início de uma carreira jurídica, não posso deixar de agradecer algumas pessoas que se mostraram fundamentais para o alcance deste objetivo.

Primeiramente, agradeço a Deus por sempre orientar minhas escolhas e decisões, concedendo paciência e sabedoria nos momentos de dificuldades.

Ao meu querido pai Itamar José da Silva e minha querida e admirável mãe Maria dos Reis Xavier de Godoi, pelo apoio não só material, mas principalmente moral. Por me inspirar e me encorajar a prosseguir e alcançar meus objetivos.

A minha tão amada esposa, companheira de todas as horas e momentos, que esteve sempre próximo em meu pensamento, fortalecendo-me, amparando-me e enchendo-me de amor e carinho durante o transcorrer deste árduo caminho, marcado pela conclusão deste trabalho monográfico.

Por fim, como não poderia deixar de ser, agradeço a minha queridíssima e digníssima professora, e orientadora Rejane Corrêa Martins, pelo conhecimento transmitido, pela paciência, compreensão e amizade dispensada.

“A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporãos, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e velhas crianças. A infância tem maneiras de ver, de pensar, e de sentir que lhe são próprias”.

Jean-Jacques Rousseau

RESUMO

A Lei 8.069/90, trouxe em seu conteúdo as formas de responsabilização aplicáveis as crianças e adolescentes que cometem ato infracional, denominadas Medidas socioeducativas. O presente trabalho conceitua criança e adolescente e diante desse conceito indica quais medidas serão impostas ao adolescente infrator. Aborda ainda, quais são os direitos fundamentais ditados pela Política de Proteção Integral, direcionadas as crianças e adolescentes. Refere-se à teoria da proteção integral que trata dos menores como indivíduos em uma condição peculiar de pessoas em desenvolvimento e por isso precisam ser especialmente protegidos pela família, sociedade e pelo Estado.

Palavras-Chave: Medida Socioeducativa. Eficácia. Criança e Adolescente. Ressocialização.

SUMÁRIO DE ABREVIATURAS

CF	Constituição Federal
CP	Código Penal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
PIA	Plano Individual de Atendimento
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. ASPECTOS HISTÓRICOS DO MENOR INFRATOR E SUA PROTEÇÃO COMO GARANTIA CONSTITUICIONAL.	12
1.2. Definição de Criança e de Adolescente.....	12
1.3. DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	13
1.4. Do Direito à Vida e à Saúde	14
1.4.1 Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade	14
1.4.2 Direito à Convivência Familiar e Comunitária.....	16
1.4.3 Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer	16
1.4.5 Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho	17
2. DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL	18
2.1 ATO INFRACIONAL PRATICADO POR CRIANÇA E A IMPORTÂNCIA DE UM AMBIENTE FAMILIAR SAUDÁVEL.	19
2.3 Inimputabilidade infanto-juvenil e o ECA	21
3. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	23
3.1. Disposições Gerais	23
3.2. TIPOS DE MEDIDAS SÓCIOEDUTIVAS	24
3.2.1. Da Advertência.....	24
3.2.2. Da Obrigação de Reparar o Dano.....	25
3.2.3. Da Prestação de Serviços à Comunidade.....	26
3.2.4. Da Liberdade Assistida.....	27
3.2.5. Do Regime de Semiliberdade.....	28
3.2.6. Da Internação.....	29
3.2.7 Das Medidas Protetivas.....	31
3.3. A EFICÁCIA OU INEFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.	32
4. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI N 12.594/12.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	39
BIBLIOGRAFIA	41

INTRODUÇÃO

Diante do crescimento da violência entre os adolescentes, em que as atividades delitivas praticadas pelas crianças e adolescentes estão sendo semelhantes aos crimes praticados por adultos, conscientes de sua ação, verifica-se que o assunto não é mais uma questão de cunho exclusivamente político-social, mas jurídico, especialmente no que se refere à punição dos menores infratores.

A preocupação dos legisladores no que tange à elaboração de medidas socioeducativas recuperativas é compreendida, por saber que a criança e o adolescente são seres em processo de construção da personalidade, que apesar de cometerem atos infracionais, podem ser resgatados e inseridos numa sociedade justa, proporcionando “recuperação” afastando-os do submundo do crime, para que não reiterem a delinquência.

O tratamento dos menores é muito mais complexo que a simples repressão as condutas praticadas, por isso é que trata-se de uma política de caráter assistencial, que tem por objetivo, regenerar e educar este menor, com a finalidade de torná-lo útil à sociedade, a si próprio e ao país. O adolescente com a personalidade ainda em desenvolvimento, submetido a tal tratamento rigoroso e repressivo, poderia ter “deformada” sua personalidade pelos métodos incoerentes e distantes de propostas recuperativas dos centros de internação, revoltam e acentuam a pré-disposição para o crime.

É importante ressaltar que a legislação não tem interesse apenas em punir, seu objetivo é resgatar o adolescente que está no mundo do crime com a finalidade de tratá-lo com eficácia de revitalização. Ao longo dos anos as formas de leis aplicáveis ao menor infrator, vêm sofrendo alterações em busca da efetivação de medidas mais eficazes para a sociedade. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de reformas na política de atendimento à infância e juventude.

Utilizando-se dos ensinamentos de Ramidoff (2011, p. 19), vê-se que a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleceram um sistemático conjunto de deveres, direitos e garantias individuais,

de cunho fundamental, da criança e do adolescente, que demanda um conjunto de metodologias integrativas transdisciplinares na busca de respostas para novas demandas. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estão elencados os regimes socioeducativos, ou seja, as formas de responsabilização, que podem ser atribuídos ao menor infrator, de acordo com as condições e critérios utilizados na repressão a prática de ato infracional.

As legislações brasileiras que regeram a responsabilização de menores infratores, sempre priorizou medidas de cunho especialmente punitivo, executando formas de violação aos direitos da infância e juventude. A legislação brasileira evoluiu muito com relação aos aspectos que protegem à criança e o adolescente. As medidas socioeducativas vem ratificar os direitos e deveres estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, possibilitando a realização de atividades que visem a ressocialização da criança e/ou adolescente infrator, por meio de ações pedagógicas, também de natureza punitiva, em conjunto com ações beneficiárias.

O estudo do tema oportuniza uma série de reflexões, visto que o atual ensinamento expresso na Constituição Federal/88 e no Estatuto da Criança e do Adolescente desfaz-se dos pensamentos ultrapassados de normas apenas para crianças infratoras, compreendendo como destinatário todas as crianças e adolescentes. Respeitando-os como cidadãos, pessoas com características individuais, dignas de prioridade absoluta no cumprimento de suas garantias.

É importante ressaltar que existem experiências com bons resultados em andamento em nosso país, com impressionantes resultados, redução de reincidência e empenho do Estado e da Sociedade. Porém, há experiências com maus resultados também, como indiferença do Poder Público e da própria sociedade.

Cumpra assinalar que para a aplicação de medidas socioeducativas, existe a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas em prol dos menores infratores, objetivando atingir as finalidades do processo socioeducativo.

Para que haja resultados satisfatórios em sua aplicação, as medidas socioeducativas não podem ser aplicadas de forma isolada do contexto social, político e econômico em que o menor esteja envolvido. Faz-se necessário que o Estado organize políticas públicas para assegurar, os direitos da criança e do adolescente.

Embora haja múltiplos princípios que orientam a nova política de atendimento a criança e adolescente, a realidade demonstra um descaso com os direitos desses. Muitos são os problemas e situações indignas enfrentadas pelos menores. Muitas das vezes no processo socioeducativo, os direitos e garantias inerentes aos infratores não são asseguradas. Deste modo, torna-se fundamental estudar tanto os aspectos normativos e efetivos, quanto os negativos e positivos das medidas socioeducativas, bem como sua sistemática e dinâmica para atingir os objetivos por ela propostos.

Nesse contexto, o objetivo geral do estudo é analisar as medidas socioeducativas, seus aspectos favoráveis ou não ante a criança e adolescente infrator, embasando nos fundamentos doutrinários, legislativos e jurisprudenciais, buscando ainda destacar a ação do Estado, sociedade e família no que tange à infância e juventude brasileira. Objetiva-se, especificamente, conhecer as alternativas atuais para o combate da marginalização entre os adolescentes;

A pesquisa possui natureza bibliográfica, e pretende esboçar a matriz necessária à investigação e ao diagnóstico de eficácia ou ineficácia das medidas socioeducativas no processo de ressocialização do menor infrator. Utiliza como forma de organização a lógica dedutiva – interpretando textos legais e doutrinários, bem como analisando posicionamentos sobre o tema.

O trabalho tratará dos aspectos históricos da adolescência no Brasil, apresentando algumas definições de criança e de adolescente, enfatizando seus direitos fundamentais; da prática do ato infracional praticado por menores, da eficácia ou ineficácia das medidas socioeducativas, fazendo primeiramente, um estudo sobre os tipos de medidas socioeducativas; bem como das principais alterações trazidas pela Lei 12.594/2012.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS DO MENOR INFRATOR E SUA PROTEÇÃO COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, houve uma grande transformação na legislação da criança e adolescente no Brasil. O art. 227, da Carta Magna, estabeleceu os direitos e garantias fundamentais à criança e ao adolescente, com base na Doutrina da Proteção Integral. Esse novo aspecto é fundamentado nos direitos das crianças e adolescentes, vistos em uma condição especial, ou seja, em desenvolvimento, sendo necessária uma proteção diferente e absoluta.

Colaborando com a essência da teoria da proteção integral, em 1990 o Estatuto da Criança e Adolescente foi promulgado, tornando a criança e os adolescentes sujeitos de direitos. Marco percussor dos direitos humanos referentes a criança e adolescente.

Conforme Wilson Donizeti Liberati (1995, p. 14):

A nova teoria, baseada na total proteção dos direitos infanto-juvenis, tem seu alicerce jurídico e social na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, no dia 20 de novembro de 1989. O Brasil adotou o texto, em sua totalidade, pelo Dec. 99.710, de 2.11.90, após ser retificado pelo Congresso Nacional (Dec.Legislativo 28, de 14.9.90).

O referido Estatuto é destinado a criança e adolescente, respeitando uma condição especial de pessoa em desenvolvimento, que necessita de proteção.

Para problematizar as questões relacionadas à eficácia ou ineficácia das medidas socioeducativas aplicadas as crianças e adolescentes, é necessário compreender a definição de do que seria “criança e adolescente”.

1.2. Definição de Criança e de Adolescente

Para definir o que é criança e adolescente, buscou-se embasamento no Estatuto, que segundo o art. 2º da Lei 8.069/90 tem-se que: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade”.

O referido artigo estabelece uma preocupação com os menores de dezoito anos, por serem pessoas em desenvolvimento. Dentro dessa avaliação de menor, estão incluídas as crianças e os adolescentes; concluindo-se as crianças ao praticarem atos infracionais poderão receber medidas protetivas, já aos adolescentes poderão se aplicadas medidas socioeducativas. Por isso é necessário definir o conceito de criança e de adolescente, visando identificar o tipo de medida que deverá ser aplicada.

O Estatuto da Criança e Adolescente poderá, ser aplicado excepcionalmente às pessoas entre os 18 e 21 anos de idade, conforme aludido no artigo 2º, parágrafo único, desta forma:” Art. 2º. [...] Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em conformidade com a determinação dada pela Constituição Federal de 1988, estabeleceu que os menores de 18 anos são inimputáveis (art. 104), e lhes serão aplicadas as medidas sócio educativas previstas no Estatuto. Assim, tanto as crianças quanto os adolescentes gozam dos mesmos direitos fundamentais, devendo ser reconhecida sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

1.3. DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente enumeram vários direitos fundamentais para garantir uma existência digna e o desenvolvimento pleno da criança e adolescente. Cabendo ao Estado e a família, a responsabilidade pela proteção desses direitos à criança e ao adolescente.

Além dos direitos fundamentais essenciais a qualquer ser humano, incluem alguns direitos especiais garantidos à criança e adolescente pela sua própria condição de indivíduo em desenvolvimento. Assim, o Estatuto da Criança e Adolescente separa-se do Código de Menores que tratava a criança e o adolescente semelhante a objetos, passando a tratá-los como sujeitos de direitos.

O ECA objetivando a garantia da concretização desses direitos dispõe que qualquer atentado, por omissão ou ação, aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes são punidos conforme determina a lei.

1.4. Do Direito à Vida e à Saúde

O art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre o direito à vida e à saúde. É através de políticas sociais que esses direitos são protegidos, perpetrando que a criança e o adolescente tenham um nascimento, e também, um desenvolvimento agradável e saudável.

Nos artigos 5º, *caput*, 6º, *caput*, 197 e 227, §1º, e também 5º, XLI (direitos fundamentais), a Constituição Federal apresenta algumas normas que tratam desses direitos.

O direito à vida é um dos principais direitos, pois, sem a garantia desse direito é impossível a aplicação dos outros direitos fundamentais.

Prevê o artigo 196, da CF/88:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

É direito de todos e obrigação do Estado o fornecimento da saúde. E sua garantia se dá por meio de políticas sociais e econômicas, que tem por objeto, a diminuição das doenças.

Vários direitos são assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como por exemplo, o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) das gestantes, das crianças e dos adolescentes; proporcionar à gestante, o auxílio alimentar e nutricional; e condições adequadas para o aleitamento materno; entre outros.

1.4.1 Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

O direito à liberdade, ao respeito e à dignidade são direitos fundamentais da criança e do adolescente; são valores adequados que garantem o modo de ser dos “menores”, e demarcam o desenvolvimento da personalidade destes. A criança e o adolescente, são pessoas especiais que sem tais direitos têm o seu desenvolvimento arruinado.

O artigo 16, do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê um rol, exemplificativo, dos aspectos que compreendem o direito à liberdade:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvados as restrições legais;
II – opinião e expressão;
III – crença e culto religioso;
IV – brincar, praticar esportes e divertir-se;
V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
VI – participar da vida política, na forma da lei;
VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.

Quanto ao direito ao respeito, o artigo 17, do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que:

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

A expressão integridade física, presente no artigo citado, remete-nos ao entendimento de que a criança e o adolescente não podem sofrer torturas, ou qualquer tipo de violência física. Quanto à Integridade psíquica, ou seja, a proteção emocional da criança e do adolescente, se ocorrer alguma violação a essa proteção será necessário um tratamento especial, que seja relevante para a qualidade de pessoa em desenvolvimento. A honra, a imagem, o segredo, a intimidade, a identidade pessoal, e outros, são direitos que compõem a Integridade moral da pessoa em desenvolvimento.

Por fim, todos os direitos acima mencionados devem ser respeitados, principalmente no que tange à dignidade, pois, conforme prevê o artigo 18, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito à dignidade é contrário a qualquer tratamento desumano.

1.4.2 Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, está previsto o direito de convivência familiar e comunitária, ou seja, que toda criança e adolescente tem direito de ter uma família, mesmo que substituta.

Por família natural Liberati (2007, p. 26), define: “(...) família natural compreende aquela comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”.

Já quanto à família substituta, há três possibilidades de colocação da criança e/ou adolescente em família substituta:

a) guarda, que só pode ser obtida se o interessado tiver condições de prestar a devida assistência moral, educacional e material à criança ou ao adolescente em sua companhia;

b) tutela, crianças e adolescentes serão colocados sob tutela quando constado o óbito seus pais ou quando estes forem declarados ausentes, ou ainda, quando destituídos do poder familiar. O tutor tem necessariamente o dever de guarda do menor e de administração dos seus bens;

c) adoção, o vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial (art. 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA) e é permanente, isto é, após o trânsito em julgado da decisão judicial, não poderá ser revogada §1º do art. 39 do ECA.

O encaminhamento da criança ou do adolescente a família substituta somente será possível caso sua família tenha alguma dificuldade na sua criação que constitua impedimento na continuidade do exercício de seu poder sobre a criança ou adolescente e tal situação configure evidente risco à vida do menor de 18 anos.

1.4.3 Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Nos artigos 205 a 217 da Constituição Federal são tratados do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer de todas as crianças e adolescentes, sendo dever do Estado provê-los.

O Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer tem como fundamento garantir o pleno desenvolvimento da criança e do(a) adolescente, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação pessoal para o trabalho e para a convivência social.

1.4.5 Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

Para que o adolescente planeje sua profissão, buscando futuramente sua independência, é necessário que tenha o direito de profissionalização. Desfrutando desse direito, garante-se ao adolescente a sua integridade física, psíquica e moral, para que tenha um desenvolvimento completo no ambiente de trabalho ou de aprendizagem.

O art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/88, tem um tratamento especial quando à profissionalização juvenil, que preconiza:

- a) é proibido o trabalho para menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- b) o contrato de trabalho somente é permitido para os maiores de 16 anos de idade, garantindo todos os direitos trabalhistas e previdenciários (art. 227, §3º, II, da CF/88 e art. 65, do ECA);
- c) quando o trabalho for perigoso, insalubre, penoso e noturno, somente será permitido para maiores de 18 anos (art. 67, do ECA);
- d) o trabalho como aprendiz é permitido a partir dos 14 anos de idade (Lei 10.097/2000; arts. 60 e 61, do ECA, e art. 424 e seguintes, da CLT).

Também o art. 63 do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê alguns preceitos que devem ser obedecidos, tais como:

- [...]
- I – garantia de acesso e frequência obrigatórios ao ensino regular;
- II – atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III – horário especial para o exercício das atividades.

Portanto, por se tratar de pessoas em desenvolvimento, em condição especial, esses princípios devem ser respeitados.

2. DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL

O artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente aponta que a criança ou adolescente não cometerá crime ou contravenção, mas sim praticará ato infracional. Assim, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção” (ECA, art. 103).

De acordo com esse artigo do ECA, o ato infracional é toda conduta tipificada na lei como crime ou contravenção penal quando o sujeito ativo do delito é menor de 18 anos.

As condutas dos adolescentes consideradas atos infracionais são iguais às de quem comete crime ou contravenção, a diferença será apenas a forma pela qual estes adolescentes serão responsabilizados. Pela conclusão da definição, crime é fato típico, antijurídico e culpável. A criança e o adolescente podem até praticar crime, mas no ato praticado estará ausente a condição da culpabilidade, hipótese de aplicação da pena.

Assim assevera Aline (2006, p.34):

Cabe esclarecer o que se designa como sendo crime ou contravenção penal para situar nosso estudo. A prática do ato infracional em nada se difere da prática de crime ou de contravenção penal, a não ser no que diz respeito ao sujeito do delito, que no caso do ato infracional é um indivíduo que conta com idade inferior a 18 anos e por essa razão está sujeito às responsabilizações contidas no ECA e não no *Código Penal*.

Nesse contexto, entende-se que como todos os menores de 18 anos são inimputáveis, se praticarem qualquer ação tipificada, contrária à lei, não poderão ser condenados a penas, e sim receberão um tratamento legal diferenciado dos réus imputáveis, (maiores de 18 anos) a quem cabe penalização.

O comportamento delinquente da criança e do adolescente é chamado tecnicamente de ato infracional, compreendendo tanto o crime como a contravenção, que segundo Liberati (2003, p. 93), não possui um conceito definido pelo sistema penal:

A contravenção penal não recebeu uma definição ontológica em nosso sistema penal. Dela tem-se apenas o enunciado no art. 1º da Lei de Introdução ao Código Penal – Decreto-Lei nº 3.914, de 09 de

dezembro de 1941, segundo o qual a contravenção é “a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa”.

Verifica-se, portanto, que a contravenção penal diferencia-se do crime somente devido a pena a ela cominada que enquanto no crime pode aplicar pena de reclusão ou detenção cumulada ou alternada à pena de multa, na contravenção penal aplica-se somente pena de prisão simples cumulada ou alternada à pena de multa. Portanto, para configuração da conduta infracional cometida por crianças e adolescentes necessitará estar o ato praticado descrito como crime ou contravenção penal.

Em comentário a essa questão, Liberati (2003, p. 93), aponta que:

Ao estabelecer o princípio da legalidade, o Estatuto sinaliza sua integração com o ordenamento penal pátrio, ou seja, a conduta infracional praticada por crianças e adolescentes deverá estar adequada àquela figura típica descrita como crime ou contravenção penal a que todos estão sujeitos.

Esta afirmação leva-nos ao entendimento de que se o ato praticado por adolescente estiver descrito como crime ou contravenção penal no Código penal ou em Legislação Penal Especial, este terá praticado, segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, um ato infracional.

2.1 ATO INFRACIONAL PRATICADO POR CRIANÇA E A IMPORTÂNCIA DE UM AMBIENTE FAMILIAR SAUDÁVEL.

A pessoa com até 12 (doze) anos de idade é conforme artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, considerada criança. Caso a criança venha a cometer algum ato infracional, a ela poderá ser aplicada qualquer das medidas previstas no art. 101, da Lei 8069/90 (medidas de proteção).

Prevê o artigo 101, do Estatuto:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VIII - colocação em família substituta.

O legislador tem como preocupação a criança e sua família. Caso a criança cometa algum tipo de ato infracional possivelmente, a base familiar não está bem, ou seja, não estão contribuindo para a educação desta criança dentro dos valores exigidos para uma convivência em sociedade.

Para discorrer sobre a criança e o adolescente, especialmente aquele que cometeu ato infracional, necessário se faz refletir sobre a família, instituição que se apresenta como referência. É sabido que é no seio familiar que se criam vínculos, que se formam comportamentos, assim é impossível pensar no adolescente infrator independente de sua família, visto que a socialização acontece primeiramente no interior desta instituição.

A família é parte integrante da formação do ser humano e adquire papel importante e fundamental enquanto formadora possível da história, da identidade, subjetividade e afetividade de seus membros.

O abandono, a ausência, a violência, muitas vezes, são fatos provenientes de uma desestrutura, afetiva e moral no ambiente familiar. Estas situações colaboram para o desenvolvimento de jovens inseguros, instáveis, carentes e principalmente vulneráveis.

Dispõe Jeferson Moreira de Carvalho (1997, p. 8) “[...] Na verdade pode-se concluir que o desvio de comportamento tem como um dos fatores o problema social, que gera a desorganização familiar”. Verifica-se que a criminalidade, na infância e juventude, muitas vezes, está relacionada ao próprio descaso da família, que descuida de seu papel de educadora, de constituidora de princípios.

Diversos são os problemas enfrentados por esses indivíduos. Em um rol meramente exemplificativo podemos citar: desestrutura familiar, a fome, a miséria, a precariedade dos serviços públicos de saúde e educação, o abuso, o abandono, a

exploração sexual, o trabalho infantil, a violência doméstica, os maus-tratos e a tortura.

É importante abordar também sobre o desrespeito que sofrem os menores infratores, visto que sofre violações quando da internação no sistema socioeducativo, diante dos regimes a eles impostos, que muitas vezes, não são realizados conforme o que determina a lei, interferindo no objetivo ressocializador das medidas socioeducativas.

2.3 Inimputabilidade infanto-juvenil e o ECA

O art. 228 da Constituição Federal prevê que os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial são penalmente inimputáveis.

Dispõe o art. 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.
Parágrafo único. Para os efeitos dessa Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

Observa-se que o parágrafo único desse artigo aponta que deve ser considerada a idade do adolescente na data da prática do fato. Ou seja, ainda que o adolescente atinja a maioridade penal, as medidas cabíveis estão previstas no Estatuto, e serão aplicadas até os 21 anos (art. 121, §5º do ECA).

O Código Penal manteve a inimputabilidade as crianças e adolescentes menores de 18 anos. De acordo com Liberati (2009, p.111), esta opção é apoiada em critérios de Política Criminal. O adolescente ao praticar vários atos em desobediência ao Estatuto não ensejará em maus antecedentes. E com isso as medidas serão aplicadas até os 21 anos de idade.

Quando se trata de maioridade penal, sempre há polemicas. Segundo Wilson Donizeti Liberati (2009, p. 111):

Toda vez que se fala em inimputabilidade abaixo dos 18 anos de idade, reacende-se a polêmica, dividindo opiniões. Saliem uns que deve ser reduzida para 16 anos, em virtude da conquista dos direitos políticos de votar (art. 14, §1º, II, "c", da CF); outros entendem que deve ser mantida a irresponsabilidade penal abaixo

dos 18 anos, em virtude da não formação psíquica completa do jovem.

É importante ressaltar que o legislador ao considerar inimputáveis os menores de 18 anos, não seguiu uma postura paternalista determinando apenas direitos ao infrator sem a devida compensação. A lei atual não permite que estes fiquem impunes quando praticam atos infracionais.

O Estatuto permite a punição do adolescente infrator a partir dos 12 anos, desde que o faça conforme os preceitos legais, cuja finalidade é a proteção integral da criança e do adolescente. As medidas socioeducativas objetiva a recuperação dos adolescentes que cometeram atos infracionais, para reintegrá-los à sociedade, resgatando sua dignidade e cidadania.

3. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

3.1. Disposições Gerais

No art. 112, do ECA estão arroladas as medidas socioeducativas, que podem ser aplicadas ao adolescente quando da prática de ato infracional. O rol aqui enumerado é taxativo, podendo aplicar-se somente as medidas nele previstas.

Note-se o art. 112 do ECA:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I – advertência;

II – obrigação de reparar o dano;

III – prestação de serviços à comunidade;

IV – liberdade assistida;

V – inserção em regime de semiliberdade;

VI – internação em estabelecimento educacional;

VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§1º. A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§2º. Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§3º. Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Para crianças será aplicadas somente medidas protetivas, já para os adolescentes poderão ser aplicadas além das medidas socioeducativas, as medidas protetivas previstas no art. 101, I a VI, do ECA (inciso VII do art. 112, ECA).

Segundo Konzen *apud* Maciel (2006, p. 805):

Além do caráter pedagógico, que visa à reintegração do jovem em conflito com a lei na vida social, as medidas socioeducativas possuem outro, o sancionatório, em resposta à sociedade pela lesão decorrente da conduta típica praticada. Destarte, fica evidente a sua natureza híbrida.

Verifica-se acima na visão do autor que as medidas socioeducativas além do caráter pedagógico tem como finalidade, sobretudo, a inserção do adolescente na família e na sociedade, além da prevenção da delinquência. Conclui-se que as medidas socioeducativas possui relevante caráter de medida repressiva, deixando em segundo plano o caráter pedagógico, visto que não se tem obtido muito sucesso

na ressocialização do adolescente, na maioria das vezes, na fase adulta, volta a delinquir.

Para melhor entendimento sobre os tipos de medidas socioeducativas e protetivas, estas serão discorridas a seguir.

3.2. TIPOS DE MEDIDAS SÓCIOEDUTIVAS

3.2.1. Da Advertência

No art. 115, do ECA, está prevista a medida socioeducativa da advertência, estabelecendo que: “A advertência consistirá em admoestação – que significa “repreender”, “advertir”, “avisar” - verbal, que será reduzida a termo e assinada”.

É uma medida mais branda de modo, que será executada pelo Juiz da Infância e Juventude sempre que houver indícios de autoria e materialidade de ato infracional. Pois, o objetivo dessa medida é esclarecer ao adolescente que a sua conduta é inadequada.

Essa medida tem sido aplicada aos pequenos delitos como lesões leves, pequenos furtos em lojas, supermercados, etc., desde que não haja violência e nem grave ameaça à pessoa. É aplicada ao adolescente que cometeu o seu primeiro ato infracional, considerado de natureza leve.

Konzen *apud* Maciel (2006, p. 811) comenta sobre essa medida apontando que:

A medida de advertência, muitas vezes banalizada por sua aparente simplicidade e singeleza, certamente porque confundida com as práticas disciplinares no âmbito familiar ou escolar, produz efeitos jurídicos na vida do infrator, porque passará a constar do registro dos antecedentes e poderá significar fator decisivo para a eleição da medida na hipótese da prática de nova infração. Não está, no entanto, nos efeitos objetivos a compreensão da natureza dessa medida, mas no seu real sentido valorativo para o destinatário, sujeito passivo da palavra determinada autoridade pública. A sensação do sujeito certamente não será outra do que a de se recolher à meditação, e, constrangido, aceitar a palavra da autoridade como promessa de não reiterar na conduta. Será provavelmente um instante de intensa aflição.

Embora não haja proibição quanto a sua reiterada aplicação o entendimento doutrinário é que essa medida será aplicada ao adolescente somente uma vez. Caso o adolescente cometa outro ato infracional, aplica-se outra medida adequada ao ato cometido, observando que uma medida de advertência já foi aplicada. Como sendo a advertência uma medida leve, não se deve aplicá-la mais de uma vez, para não torná-la ineficaz.

3.2.2. Da Obrigação de Reparar o Dano

Da obrigação de reparar o dano está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 116:

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

Nesse artigo o legislador tratou dos atos infracionais que acarretam danos materiais à vítima. Diante dessa situação o adolescente poderá reparar o dano através de restituição da coisa, do ressarcimento ou também, da compensação do prejuízo causado a vítima.

Restituir consiste em devolver, entregar o que se possuía indevidamente ou por empréstimo, a restituição só ocorrerá quando houver possibilidade do infrator devolver o bem à vítima.

No caso do ressarcimento não há possibilidade de devolução do bem à vítima, substituindo a devolução da coisa por dinheiro, conforme acordo entre a vítima e o adolescente. Esse acordo será homologado pelo Juiz da Infância e Juventude, e caso não exista o acordo, o valor será fixado pelo Juiz.

O prejuízo causado pelo adolescente pode ser compensado por qualquer meio. Não havendo a possibilidade pelas duas formas de reparação do dano citadas acima, poderá substituir por outra qualquer.

Examinando essa medida, conclui-se que seu objetivo é estimular o menor a não delinquir novamente. Por isso, não seria adequado os pais ou responsáveis

terem que arcar com as conseqüências de reparação do dano cometido pelo adolescente.

Caso o infrator se ache impedido de reparar o dano por falta de condições de arcar com o prejuízo, nada impede que a medida seja substituída por outra adequada, conforme elencado no parágrafo único do art. 116, do ECA.

Esta medida tem natureza repressiva e educativa, já que o adolescente passa a reconhecer que seu ato foi um erro, que é responsável pelo dano sofrido pela vítima e que precisa reparar o ilícito cometido.

3.2.3. Da Prestação de Serviços à Comunidade

Da prestação de serviços à comunidade é uma medida que está elencada no art. 117, do ECA, e estabelece que:

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Essa medida consiste na realização de tarefas gratuitas, junto a instituições assistenciais, como escolas, hospitais e outros.

A prestação de serviços a comunidade é aplicada pela Justiça da Infância e juventude e a fiscalização de sua execução será realizadas pelas instituições parceiras. A medida não poderá ultrapassar 6 (seis) meses, conforme prevê o art. 117 do ECA., que recomenda que o trabalho deverá ser aplicado conforme as “aptidões do adolescente”, e que ele possa cumprir nos finais de semana e/ou em dias úteis, desde que não prejudiquem os estudos ou a jornada de trabalho, sendo a jornada de 8 (oito) horas semanais.

Segundo Mirabete (2010, p. 129):

O sucesso da inovação dependerá, em muito, do apoio que a comunidade der às autoridades judiciais, possibilitando a

oportunidade para o trabalho do sentenciado, o que já demonstra as dificuldades do sistema adotado diante da reserva com que o condenado é encarado no meio social. Trata-se, porém, de medida de grande alcance e, aplicada com critério, poderá produzir efeitos salutareos, despertando a sensibilidade popular. A realização do trabalho em hospitais, entidades assistenciais ou programas comunitários poderá alargar os horizontes e conduzir as entidades beneficiadas a elaborar mecanismos adequados à fiscalização e à orientação dos condenados na impossibilidade de serem essas atividades realizadas por meio do aparelhamento judicial.

A prestação de serviços à comunidade, desperta no adolescente um sentido social, que é servir e ser útil, é um instrumento reeducativo e socialmente útil, uma vez que o infrator não é retirado do convívio social e sim existe uma maior aproximação e participação da sociedade.

3.2.4. Da Liberdade Assistida

Prevê o art. 118, do ECA:

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada, ou substituída por outra medida, ouvindo o orientador, o Ministério Público e o defensor.

O estabelecimento da liberdade assistida demonstra claramente que o adolescente é “pessoa em desenvolvimento”, que carece de orientação para o seu desenvolvimento social.

Para aplicação dessa medida, é necessário ter uma cooperação do adolescente, pois o intuito é que ele tenha consciência e não volte a cometer os atos considerados infracionais.

Segundo esse preceito, o orientador deve discutir com o adolescente a assistência e apoio que fará, deixando que o menor faça as escolhas dos projetos que irá realizar, pois assim, estará possibilitando a escolha, que irá contribuir na socialização.

Essa medida como todas as outras também busca a reinserção do adolescente na sociedade, por isso, exige a necessidade do acompanhamento por orientadores sociais, que analisarão os fatos vividos pelo adolescente, fazendo uma união entre a realidade e os programas sociais.

Conforme art. 118, § 2º, do ECA essa medida será fixada no prazo mínimo de 6 (seis) meses, podendo ser substituída. “Como o legislador não estipulou prazo máximo para o cumprimento da medida, entende-se que ela será aplicada enquanto o adolescente necessitar de acompanhamento, auxílio e orientação” (LIBERATI, 2010, p. 131).

Como o ECA não estabeleceu as condições para o cumprimento dessa medida, a responsabilidade será da autoridade judiciária, devendo esta, observar as condições do adolescente para cumpri-la, lembrando o art. 112, §2º, do ECA.

3.2.5. Do Regime de Semiliberdade

O art. 120, do ECA trata da medida de semiliberdade. Note:

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilita a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º. São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade. § 2º. A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

Essa medida será aplicada aos adolescentes infratores desde que estejam estudando e trabalhando durante o dia, e à noite serão recolhidos a uma entidade de atendimento.

Complementando, Wilson Donizeti Liberati (2010, p. 133), diz:

Como o próprio nome indica, a semiliberdade é um dos tratamentos tutelares que é realizado, em grande parte, em meio aberto, implicando, necessariamente, a possibilidade de realização de atividades externas, como a frequência à escola, às relações de emprego etc. Se não houver esse tipo de atividade, a medida socioeducativa perde sua finalidade.

Sua aplicação é feita pelo juiz, e será acompanhada por um orientador, que irá auxiliar o adolescente e elaborar o relatório sobre o desenvolvimento deste. Essa medida é a transição da privação de liberdade para o chamado meio aberto, da internação para a liberdade.

Essa medida não tem prazo previsto no ECA para o término, podendo durar até três anos, prevendo que o juiz poderá a cada seis meses analisar, conforme relatórios de equipes multidisciplinares o comportamento do adolescente e com base nessas avaliações à autoridade judiciária, fundamentará a decisão sobre o caso.

3.2.6. Da Internação

A internação tem parâmetro na legislação penal que corresponde ao regime fechado de cumprimento de pena privativa de liberdade, destinado aos condenados perigosos. (CP, art. 33, § 2º, “a”). No art. 121, do ECA, a medida de internação está assim prevista:

Art. 121. A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º. Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º. A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º. Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º. A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º. Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

Sendo uma medida privativa de liberdade, a internação submete-se aos “princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito aos adolescentes, por estarem

em desenvolvimento” (art. 121, do ECA). Os princípios aplicados na imposição da medida são essenciais para que as garantias e direitos do menor sejam respeitados.

O princípio da brevidade significa que a internação não tem prazo específico, entretanto, o estatuto da criança e adolescente prevê o prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 3 (três) anos. No art. 122, §1º, III, há uma exceção onde a internação será de no máximo 3 (três) meses.

O princípio da excepcionalidade institui que a medida de internação será aplicada exclusivamente quando não for mais exequível a aplicação das outras medidas ou quando a aplicação destas for ineficaz (art. 122, § 2º, do ECA). A medida de internação, somente deverá ser aplicada em último caso.

O princípio do respeito ao adolescente, em condição peculiar de desenvolvimento, previsto no art. 125, do ECA, reafirma que: “É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança”.

Wilson Donizeti Liberati (2010, p. 136) esclarece que:

Ao efetuar a contenção e a segurança dos infratores internos, as autoridades encarregadas não poderão, de forma alguma, praticar abusos ou submeter a vexame ou a constrangimento não autorizado por lei. Vale dizer que devem observar os direitos do adolescente privado de liberdade, alinhados no art. 124.

Verifica-se que a medida de internação é a mais severa de todas, pois, limita a liberdade do adolescente. Após o prazo máximo de 3 (três) anos, o adolescente será libertado e posto em semiliberdade ou em liberdade assistida (121, § 4º, do ECA). Ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, o adolescente será liberado compulsoriamente conforme determina o (art. 121, § 5º, do ECA).

O Estatuto estabelece que essa medida tem caráter educativo e pedagógico, procurando resgatar, reintegrar e ressocializar o adolescente junto a sociedade e a sua família.

De acordo com Paulo Afonso Garrido de Paula *apud* Liberati (2003, p. 116):

A internação tem finalidade educativa e curativa. É *educativa*, quando o estabelecimento escolhido reúne condições de conferir ao infrator escolaridade, profissionalização e cultura, visando a dotá-lo

de instrumentos adequados, para enfrentar os desafios do convívio social. Tem finalidade *curativa*, quando a internação se dá em estabelecimento ocupacional, psicopedagógico, hospitalar ou psiquiátrico, ante a idéia de que o desvio de conduta seja oriundo da presença de alguma patologia, cujo tratamento, em nível terapêutico, possa reverter o potencial criminógeno do qual o menor infrator seja portador.

É importante ressaltar que para a eficácia da medida de internação, é imprescindível que ela seja cumprida em instituição especializada, onde os adolescentes serão acompanhados por psicólogos, pedagogos e outros profissionais especializados no tratamento com adolescentes, para assim, reeducar e encaminhar o adolescente ao convívio com a sociedade.

Para aplicação dessa medida é necessário observar o art. 122, do ECA, pois, que estabelece que a medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;
- II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Esse apontamento previsto no art. 122 é categórico, somente podendo ser internado nessas hipóteses elencadas.

3.2.7 Das Medidas Protetivas

Este tópico não será contemplado com particularidades, pois essas medidas são aplicadas às crianças que cometem atos infracionais. Porém, como elas também podem ser aplicadas aos adolescentes, é oportuno alguns apontamentos.

No art. 101, do ECA estão previstas essas medidas e se aplicam aos adolescentes infratores, apenas os incisos I a VI (art. 112, VII, do ECA).

Aplicam-se aos adolescentes:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

- IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; e,
- VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

Verifica-se que essas medidas possuem caráter pedagógico, objetivando o fortalecimento do adolescente perante a sociedade e sua família, e podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente com alguma medida socioeducativa.

3.3. A EFICÁCIA OU INEFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, as medidas socioeducativas são aplicadas ao adolescente que comete algum ato infracional. Quando o assunto é natureza jurídica da medida socioeducativa há sempre divergência.

Alguns creem que o Estatuto instituiu no art. 112, medida privativa e restritiva de liberdade, e assim, têm natureza sancionatória, como resposta da sociedade ao ato infracional que praticou. Outros entendem que elas têm o caráter de reeducar e ressocializar o adolescente infrator.

As medidas socioeducativas estão elencadas no Estatuto da criança e adolescente, foram elaboradas com a finalidade não de punir, mas de ressocializar o adolescente para que ele possa viver em sociedade.

É interessante pesquisar quais as medidas socioeducativas que são mais eficazes, diante do que preconiza a teoria da Proteção Integral, e a execução dessas, em defesa da reinserção dos infratores ao convívio social. Jesus (2006, p. 94) interpreta sobre a realização de medidas que instruem o valor da responsabilidade mútua entre o adolescente e a sociedade, isto como forma de sugerir a eficiência dos objetivos indicados pelo sistema socioeducativo:

De certo modo, as medidas socioeducativas fazem parte de toda uma estratégia de política pública. Se isoladas, esvaziam-se. Devem ser encaradas como uma alternativa de integrar adolescentes ao meio comunitário em permanente construção. Explica-se: o bem público deve ser objetivo de toda a sociedade, efetivação através de suas manifestações locais, as comunidades. As medidas incorporam-se à tarefa de construir espaços de cidadania cotidiana, ensinam a

reconhecer direitos e deveres e o valor do protagonismo. Mostram ao adolescente a sua responsabilidade comunitária (e social, por extensão) e à comunidade a sua responsabilidade pelo adolescente.

Os doutrinadores classificam esse sistema em duas categorias: as medidas socioeducativas em meio fechado e as medidas socioeducativas em meio aberto, e assim, estão diferenciando as medidas que coíbem a liberdade de locomoção do infrator, das que não se utilizam da política de instituições assistenciais.

Para uma melhor concepção sobre a eficiência das medidas sócio educativas, avalia-se as medidas de internação e semi liberdade como sendo as de regime em meio fechado, e as de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços comunitários e liberdade assistida, as em meio aberto.

As medidas consideradas em meio fechado, como a semiliberdade e a internação, encontram diversas dificuldades no seu cumprimento, como as condições em que se encontram as instituições assistenciais, que das muitas que existem a maioria delas está em condições precárias e não oferecem condições dignas aos adolescentes internados. Outro fator é o número reduzido de unidades de atendimento, tornando assim inviável a realização de ações de natureza pedagógicas dirigidas aos adolescentes.

Algumas instituições existentes não tem condições para atender e proporcionar aos adolescentes as suas necessidades básicas.

As medidas em meio fechado trazem consigo alguma forma de repressão, o que é considerado algo negativo no sistema sócio educativo por não colaborar na condição peculiar do adolescente que é um ser em desenvolvimento, sendo assim as medidas em meio aberto são as que mais colaboram com a Doutrina do ECA da Proteção Integral, por desenvolverem mecanismos pedagógicos.

Dentre as medidas em meio aberto existem regimes mais eficazes e alguns ineficazes aplicados ao adolescente infrator.

Apesar de ser considerada a mais leve, a advertência é uma medida que tem um caráter repressor, em função de ações educativas, conforme afirma Jesus (2006, p. 85):

A advertência aplicada pelo juiz ou pelo promotor de justiça carece de instrumentos interdisciplinares que demonstrem ao adolescente o desvalor de sua conduta e o seu próprio valor como protagonista da transformação da sua realidade. Na prática, porém, funda-se a

advertência em uma relação de poder, de exercício de autoridade; e impõe sanção quando deveria fazer compreender regras sociais. A repreensão não pode se esgotar em si, mas há uma barreira para a correta aplicação da advertência: a mais branda das medidas socioeducativas também padece do mal da falta de estrutura. Se aplicada sem o apoio de um corpo interdisciplinar, em um primeiro momento a advertência pode ser apenas um discurso simbólico sancionatório. Porém, mesmo que não venha a surtir efeito, porque aplicada de modo inadequado, legitima a aplicação futura de medidas mais severas.

Cumpra-se verificar os esclarecimentos de Konzen (2005, p. 44) que também alerta para o conteúdo repressivo da medida:

Por mais que se deseje mascarar o reconhecimento de que 'o ato de advertir' contém um suporte repressivo/opressivo, não é possível recusar plenamente a ideia e a observação de que traduz um fato sociopolítico, ou seja, a materialização do poder na sociedade e do poder da sociedade sobre os indivíduos. Aparentemente inofensiva, a 'advertência', como qualquer outra efetivação desse poder social, que se manifesta de forma difusa, não deixa de ser uma forma sutil e eficaz de inserção, exclusão, reinserção, reexclusão, e, portanto, também de externalização de preconceitos, discriminações e constrangimentos, nem sempre legítimos, dos indivíduos em face dos pontos de vista do sistema social dominante.

A obrigação de reparar o dano é uma medida que proporciona ao adolescente o reconhecimento da ilegalidade de sua conduta, tornando sua responsabilidade a reparação do seu ato, o que confirma a natureza educativa da medida, apesar de ser um regime que não pode ser amplamente imposto, já que tropeça na falta de condições pecuniária da maioria dos adolescentes e de suas famílias, como ensina Pietrocola, Sinhoretto e Castro apud Jesus (2006, p.87):

Como esta medida envolve recursos financeiros que, na maioria dos casos, provém da família do jovem, os operadores consideram sua aplicação pouco recomendável, uma vez que a punição recai especialmente sobre os pais do jovem. Foi destacado que esta medida se torna muitas vezes inviável em virtude da situação sócio econômica de grande número das famílias cujos filhos são processados pelas Varas Especiais da Infância e Juventude. Isto é indicativo de que a pobreza presente na sociedade brasileira interfere no próprio processo de distribuição da justiça, na medida em que algo previsto na lei nem sempre pode ser aplicado em virtude da situação social.

Portanto, esses meios são os que menos favorecem ações eficazes para a recuperação do adolescente infrator, já que não disponibilizam medidas virtualmente educadoras, como também apresentam regimes impossíveis de serem realizados, inteiramente.

Consideradas como as que mais possibilitam transformações na vida do adolescente infrator, as medidas de prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, admitem reflexões sobre seus atos e apresentam as formas de ressocialização.

A medida de prestação de serviços à comunidade possibilita a reintegração do adolescente infrator através do seu trabalho social, consentindo que o adolescente sinta-se útil. É considerada pelos estudiosos a medida que mais atende a finalidade pedagógica, pois permitem aos adolescentes uma aproximação com a sua família e com a sociedade, através dos projetos desenvolvidos sobre a tutela de seus orientadores.

Nessa linha de pensamento, a Prestação de Serviço a Comunidade e a Liberdade Assistida buscam resgatar os vínculos sociais entre o adolescente e a sociedade nos programas educativos, estimulando o seu desenvolvimento intelectual, e com isso alcançar a eficácia propostas pelas medidas.

Cabe ressaltar que a medida socioeducativa, independente de qualquer que seja aplicada, não deve ocorrer sozinha, deve sempre ser cumulada com ações e políticas públicas que, no seu cumprimento, propicie uma mudança na vida do adolescente infrator.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI Nº 12.594/12.

A implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas. O documento está organizado em nove capítulos. O primeiro capítulo da Lei 12.594/12, corresponde a uma breve análise das realidades sobre a adolescência, com foco no adolescente em conflito com a lei, e das medidas socioeducativas, com ênfase para as privativas de liberdade. Para tanto, embasou-se em dados oficiais publicados em estudos e pesquisas. O segundo capítulo trata

do conceito e integração das políticas públicas e o terceiro trata dos princípios do SINASE. O quarto contempla a organização do Sistema. O quinto capítulo trata da gestão dos programas. O sexto apresenta os parâmetros da gestão pedagógica no atendimento socioeducativo. O sétimo trata dos parâmetros arquitetônicos para os programas socioeducativos; o oitavo, da gestão do sistema e financiamento, e o último, do monitoramento e avaliação.

A execução desse novo sistema garantirá a plenitude dos direitos fundamentais a todas as crianças e adolescentes, e que tanto devem ser respeitados nas suas peculiaridades como devem ser educados para a cidadania e a civilidade.

Dentre os direitos aos adolescentes que estejam cumprindo medida socioeducativa assegurados pelo SINASE, cita-se:

- Ser acompanhado por seus pais ou responsável por seu defensor, em qualquer fase do procedimento administrativo ou judicial;
- Ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, quando o adolescente deverá ser internado em unidade mais próxima de seu local de residência;
- Ser respeitado em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não expressamente limitados na sentença;
- Peticionar, por escrito ou verbalmente, diretamente a qualquer autoridade ou órgão público, devendo, obrigatoriamente, ser respondido em até 15 dias;
- Ser informado, inclusive por escrito, das normas de organização e funcionamento do programa de atendimento e também das previsões de natureza disciplinar;
- Receber, sempre que solicitar, informações sobre a evolução de seu plano individual, participando, obrigatoriamente, de sua elaboração e, se for o caso reavaliação;
- Receber assistência integral à sua saúde;
- Ter atendimento garantido em creche e pré-escola aos filhos de zero a cinco anos.
- Também entre esses direitos encontram-se as medidas socioeducativas que irão estabelecer os procedimentos que os adolescentes em conflito com a Lei, terão que obedecer por seus atos considerados ilícitos, levando em conta a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Esse sistema prevê a adoção de medidas socioeducativas, de caráter pedagógico, com o foco na reintegração do adolescente à sociedade, garantindo o exercício de seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Em relação ao ato infracional, grande parte do novo diploma trata da execução das medidas socioeducativas.

Uma das inovações da Lei 12.594/12 é que, é a possibilidade de modificação em qualquer tempo do cumprimento da medida socioeducativa por outra que seja mais necessária e adequada à ressocialização do socioeducando, entre outras, lembrando que deve ser fundada em parecer técnico e respeitado o prévio contraditório e ampla defesa. Há previsão também da unificação das medidas art. (45 da Lei 12.594/12) bem como é assegurado ao adolescente a visita íntima, desde que seja casado ou que viva, comprovadamente, em união estável (art. 68 da Lei 12.594/12).

O adolescente tem o direito a inclusão em programa de meio aberto quando da inexistência de vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto quando o ato for praticado mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ocorrendo essas situações, o adolescente deverá ser internado em uma unidade mais próxima de sua residência.

A medida socioeducativa será declarada extinta, dentre outras hipóteses, pela aplicação de pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, em execução provisória ou definitiva e pela condição de doença grave, que torne o adolescente incapaz de submeter-se ao cumprimento da medida (art. 46, III e IV da Lei 12.594/12). Em qualquer caso, o tempo de prisão cautelar não convertida em pena privativa de liberdade deve ser descontado do prazo de cumprimento da medida socioeducativa (art. 46, § 2º da Lei 12.594/12).

O artigo 47 da Lei 12.594/12 estabelece que: o mandado de busca e apreensão do adolescente terá vigência máxima de 6 (seis) meses, a contar da data da expedição, podendo, se necessário, ser renovado, fundamentadamente, e que é vedada a aplicação de sanção disciplinar de isolamento a adolescente interno, exceto seja essa imprescindível para garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente a quem seja imposta a sanção, sendo necessária ainda comunicação ao defensor, ao Ministério Público e à autoridade judiciária em até 24 horas (art. 48, § 2º da Lei 12.594/12).

Durante a execução dessas medidas, o menor através de institutos como o Plano Individual de Atendimento – PIA, a qualquer tempo poderá ser avaliado. O PIA consiste em um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem

desenvolvidas com o adolescente no decorrer do cumprimento da medida, atendendo as suas necessidades específicas.

O PIA é um instituto que visa dar solidez e sustentação ao SINASE, pois ele é programa que envolve tanto o adolescente como também os seus pais ou responsáveis, os quais tem o dever de contribuir no processo de elaboração, bem como em seu cumprimento.

Estabelece o art. 54 da Lei 12.594/12 a composição do PIA, quais sejam: os resultados de uma avaliação interdisciplinar; os objetivos que o adolescente almeja alcançar; a previsão de suas atividades de integração social e de capacitação profissional; as atividades de integração e apoio à família; as formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e as medidas específicas de atenção à sua saúde.

Verifica-se que a Lei nº 12.594/2012 se preocupou em constituir regras destinadas a restringir distorções na interpretação e aplicação das disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e, acima de tudo, em definir formas de financiamento para o Sistema Socioeducativo, responsabilidades entre os Entes Federados e sanções para os gestores negligentes em exercer suas obrigações para com os menores infratores, deixando clara a obrigação dos municípios de implementar planos e programas (políticas públicas *específicas*) destinados ao atendimento deste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estatuto da Criança e Adolescente tem como foco a proteção integral que possibilita mudanças importantes no desenvolvimento do adolescente, afastando quaisquer ações discriminatórias e violadoras de direitos. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente preconizados nessa teoria, colocam o adolescente numa condição especial de pessoa em desenvolvimento, com prioridade absoluta de direitos e garantias, proporcionando aos menores infratores uma orientação pedagógica em sua reeducação, com a finalidade de despertar nos adolescentes a reflexão sobre seus atos, para que o mesmo não volte a delinquir.

O Estatuto mesmo munido de todas essas garantias e direitos não conseguiu atingir o seu objetivo, que é proporcionar aos adolescentes em conflito com a lei uma reeducação com bases sólidas fundamentadas em valores morais até então aceitos pela sociedade, para que os adolescentes infratores, não encontrem nessa sociedade obstáculos que possam prejudicar o processo de ressocialização.

Citamos ao longo deste trabalho que a ineficácia das medidas tem origem nas falhas e violações do Estado, da sociedade e da família no que tange a eles proporcionar aos adolescentes, o direito à vida e à saúde, direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, direito à convivência familiar e comunitária, do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, do direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Essas violações, o descaso, a ausência familiar, entres outros, compõem as situações em que atualmente se encontram os adolescentes. Essas situações colaboram para o desenvolvimento de crianças e adolescentes vulneráveis, ausentes de valores, de princípios e de perspectiva para o futuro.

A finalidade deste trabalho foi analisar quais as medidas socioeducativas estabelecidas no ECA, executadas de forma pedagógica contribuem efetivamente para a ressocialização dos menores. Em sequência verificamos que os regimes mais eficientes são aqueles que se distanciam do cunho punitivo.

As medidas socioeducativas cumpridas em meio fechado não garantem aos adolescentes unidades de atendimento dignas, que proporcionem ações pedagógicas são consideradas as medidas que mais violam os seus direitos estatutários e constitucionais.

As medidas socioeducativas em meio aberto, a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade, apesar do cunho repressor ou de difícil execução foram as que mais atenderam aos preceitos preconizados pela doutrina da proteção integral, enfatizando a responsabilização recíproca entre o adolescente e a sociedade, na qual as medidas tem como finalidade proporcionar ao adolescente uma transformação interna, o resgatar de seus valores, e potencializar os vínculos sociais.

Para eficácia das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores, é necessário que elas sejam predominantemente pedagógicas e que as ações tenham cunho reintegrador, ou seja, reintegrando o adolescente ao convívio social, em conjunto com políticas públicas e ações beneficiárias do Estado, sociedade e família. Necessário, ainda que essas ações sejam o fator de transformação na vida dos adolescentes e que possam contribuir para o que preconiza a doutrina da proteção integral.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Lei nº. 12.594 de 18 de Janeiro de 2010. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília, DF, Senado, 2010.

_____. Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **A política de atendimento**. Disponível em: Acesso em: 01 jun. 2008.

DAL RI, Aline Langner. **A efetividade das medidas socioeducativas em meio aberto e o desenvolvimento regional**. 1ª Ed. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.

JESUS, Maurício Neves de. **Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral**. Campinas, SP: Servando, 2006.

KONZEN, Afonso Armando. **Pertinência socioeducativa: reflexões sobre a natureza jurídica das medidas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e Ato Infracional: Medida Socioeducativa é Pena?** São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 11 ed.; São Paulo: Editora Malheiros, 2010.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.) et al. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.